



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO Nº 14434 - BA (2021/0223078-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : FILIPPE REGO MEXIA SANTOS
ADVOGADOS : MICHEL SALIBA OLIVEIRA - DF024694
RICARDO LIMA PINHEIRO DE SOUZA - DF050393
HELEN SALVARO BEAL - DF065295
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CORRÉU : RODRIGO GUERRA VALENTE
CORRÉU : ANDRE CESAR FOPPA
CORRÉU : HUDSON CAUE DE ALMEIDA PINA
CORRÉU : TAINA COELHO BARBOSA HAMILTON
CORRÉU : JUCELY NASCIMENTO DE AMORIM
CORRÉU : ILSON CESAR DOS SANTOS
CORRÉU : FABIANO NUNES DA SILVA SANTOS
CORRÉU : CAIO CEZAR DE OLIVEIRA ROCHA CRUZ
CORRÉU : SAMUEL AMAURI DA COSTA
CORRÉU : DEIVIDE LOPES ROCHA
CORRÉU : CAROLINE SILVA DE ARAUJO
CORRÉU : VICTOR BRITO RODRIGUES SOUZA
CORRÉU : RONALDO SANTOS DOS SANTOS
CORRÉU : CAIO SILVA BARBOSA DOS SANTOS
CORRÉU : MARINA DA SILVA PEREIRA BANDEIRA

DECISÃO

Cuida-se de petição, com pedido de liminar, apresentada por FILIPPE RÊGO MEXIA, requerendo que seja autorizado tratamento cirúrgico, bem como a substituição por prisão domiciliar, uma vez que demandará cuidados médicos.

O requerente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33, *caput*, c/c art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006, por 10 vezes, bem como nos art. 1º, §1º, II, da Lei n. 9.613/98 e do art. 2º, §4º, V, da Lei n. 12.850/2013.

Alega que apresenta gravíssimo estado de saúde, uma vez que sofre de hipertensão, é portador de asma brônquica, bem como de hepatite do tipo A, comorbidades que o incluem no altíssimo grupo risco, aliado à ausência de condições mínimas de atendimento médico no estabelecimento prisional.

Aduz que diante da péssima condição notória dos presídios brasileiros, as patologias do requerente se agravaram, chegando ao ponto atual de necessidade de intervenção cirúrgica.

Requer, liminarmente, seja autorizado o tratamento cirúrgico do ora requerente, bem como a substituição por prisão domiciliar. Subsidiariamente, requer-se que se digne a autoridade penitenciária a solicitar o relatório médico da unidade prisional que certamente atestarão sua precária condição de saúde.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, principalmente porque a Ministra Laurita Vaz, Relatora do *Habeas Corpus* n. 651.043/BA, impetrado em favor do requerente, expôs o seguinte (fls. 540-541):

No caso, não há qualquer indicativo de que o Paciente esteja impossibilitado de receber seu tratamento médico no estabelecimento prisional ou de que haja circunstâncias epidemiológicas específicas e extraordinariamente mais graves no presídio em que ele se encontra recolhido, o que impede a concessão da excepcionalíssima prisão domiciliar, especialmente quando não demonstrado que o atual estado de saúde do Paciente seja de extrema debilidade.

Além disso, conforme destacado no acórdão recorrido, o Paciente está sendo acompanhado pela equipe de saúde do Complexo Penitenciário Advogado Antonio Jacinto Filho, havendo ele declarado "não ser a favor de medicações prescritas por médicos e refere controlar suas patologias com o poder da mente na maioria dos casos" (fl. 193), o que sinaliza a existência de atenção médica adequada no estabelecimento prisional.

Considerando que a liminar se confunde com o próprio mérito do pedido, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente